

**LUTA POR DIREITOS**

# Progressão de referência na carreira será efetivada no salário de outubro

*STU segue cobrando reunião com o reitor José Tadeu Jorge, conforme compromisso assumido durante a greve, para discutir pauta específica*

Após 115 dias de greve, a referência nos pisos salariais conquistada com a luta será paga junto com os vencimentos de outubro (creditado em conta em 6 de novembro), segundo informe da DGRH. A luta também garantiu a conquista do reajuste de 5,2% em duas parcelas (a primeira paga no contracheque do último dia 5 e a próxima a ser quitada em janeiro) e o abono salarial depositado em conta no dia 19 passado. Além do encaminhamento ao governo do Estado e à Assembleia Legislativa, por parte

do Cruesp, da maioria das demandas formuladas pelo Fórum das Seis como soluções para a crise financeira das universidades paulistas. Além disso, o reitor da Unicamp também cobrou formalmente ao governador, após nove anos de espera, o aumento do repasse do ICMS à Unicamp em 0,05% conforme o acordo firmado em 2005 para abertura do campus de Limeira.

A diretoria do STU segue cobrando ao reitor José Tadeu Jorge o compromisso de realizar uma

reunião no pós-greve para discutir a pauta específica, a efetivação da segunda fase da isonomia salarial com a USP e demais reivindicações da categoria.

No último dia 29 a direção do sindicato discutiu o balanço positivo da greve de 2014 em reunião. Em breve, será publicado uma edição do **Jornal do STU** sobre a mobilização que venceu a intransigência do Cruesp, garantiu o reconhecimento da data-base, a reposição da inflação e mostrou a força dos trabalhadores unidos.

**DECISÃO CONGRESSUAL**

## Devolução do imposto sindical

Conforme deliberação do XII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, o STU fará a devolução do imposto sindical para todos os trabalhadores da Universidade.

A restituição para sócios do sindicato será feita por meio de crédito em conta corrente no dia 15 de outubro. Os funcionários que não receberam a devolução através de

crédito bancário no ano passado deverão atualizar seu cadastro junto ao STU. Para isso, basta ligar ou enviar as informações dos dados bancários, nome completo e CPF para o e-mail <financas@stu.org.br>.

Os trabalhadores não sindicalizados também receberão a devolução do imposto sindical. O procedimento para o repasse será discutido

pela diretoria e informado no site e **Boletim do STU**.

Ressaltamos que os trabalhadores receberão o equivalente a 60% do valor descontado, que corresponde a um dia de trabalho. Os 40% restantes são divididos entre Confederação, Federação e o Ministério do Trabalho e, portanto, não chegam ao STU.

# Informe da Aeplan não reflete tradicional aumento da arrecadação do ICMS

No último dia 18 a Assessoria de Economia e Planejamento da reitoria (Aeplan) divulgou seu informativo eletrônico anunciando um comprometimento orçamentário com a folha de pagamentos da ordem de 97,7%, no acumulado de janeiro a setembro. O comprometimento orçamentário demonstrado é fruto da redução da arrecadação de ICMS no Estado - como efeito do processo de crise econômica internacional - e consequentemente do repasse à Unicamp ter diminuído

em setembro, se comparado com o mês de agosto.

O que o Informe da Aeplan não menciona é que há pelo menos uma década, de outubro a dezembro cresce a arrecadação do ICMS e com isso, o comprometimento salarial diminui.

Além disso, se os reitores se esforçarem para que o governo do Estado cumpra a lei no que diz respeito ao financiamento das universidades paulistas, o comprometimento tende a cair ainda mais.

Foi uma vitória da greve que o Cruesp tenha formalizado reivindicação de que o repasse constitucional às instituições de ensino superior paulistas seja respeitado e que haja um aumento no financiamento. Ainda que não tenham apresentado integralmente as propostas do Fórum das Seis, os reitores publicizaram e formalizaram o que as entidades já vêm denunciando há anos (ver quadro abaixo). Essa realidade fortalece a luta por mais verbas.

## Comparação entre as propostas do Fórum das Seis protocoladas no Palácio dos Bandeirantes e na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp e as propostas do Cruesp protocoladas na Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Inovação (SCTDEI)

	Fórum das Seis	Cruesp
<b>Habitação</b>	Cessação imediata do desconto	idem
<b>Aporte emergencial em 2014</b>	0,7% do ICMS-QPE	0,337% do ICMS-QPE
<b>LOA-2015</b>	Adicionais 0,7% aos 9,57% do ICMS-QPE	Adicionais 0,337% aos 9,57% do ICMS-QPE
<b>LDO-2016</b>	Aporte mensal de, no mínimo, 10% do total do produto do ICMS-QPE	Aporte mensal de, no mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPEI
<b>Teto salarial</b>	90,25% do subsídio de um ministro do STF	idem
<b>Educação em Geral</b>	No mínimo, 33% do total do produto da arrecadação de impostos no Estado	Não incluíram

Embora não conste explicitamente do Ofício no 24/2014 do Cruesp à Secretaria de Ciência, Tecnologia etc., quando questionada a Presidente do Cruesp informou na reunião de 18/9 que a base de cálculo para os 9,907% é a mesma adotada pelo Fórum das Seis. \* Fonte: Planilha formulada pelo Fórum das Seis.

## Tabela de Alíquotas propostas pelo Cruesp no Ofício no 24/2014 enviado a Nelson Baeta Neves Filho, Secretário Adjunto da Secretaria da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Inovação do Estado de São Paulo em 10/9/2014

Universidade	Alíquota atual (%)	Alíquota Proposta (%)	Aumento percentual
Unesp	2,3447	2,4747	5,54
Unicamp	2,1958	2,2678	3,28
USP	5,0295	5,1645	2,68
Total	9,57	9,907	3,52

\* Fonte: Planilha formulada pelo Fórum das Seis.

## Todo apoio à greve dos bancários

O STU manifesta seu apoio à greve dos bancários que entra hoje em seu 4º dia. A categoria reivindica reajuste salarial digno, valorização da PLR, piso salarial, além do fim da pressão

pelo cumprimento de metas absurdas e da sobrecarga de trabalho. São 35 mil trabalhadores parados em 557 agências em São Paulo e na região de Osasco, segundo informações do Sin-

dicato dos Bancários. E mais de 7 mil unidades de bancos públicos e privados fechados em todo o Brasil. Em Campinas a greve começou forte, inclusive nas agências na Unicamp.

# Eleição da representação dos servidores junto ao CONSU 2014/2016

Nos dias 5 e 6 de novembro, ocorrem nas Unidades de Ensino e Pesquisa, na Administração Central e no Setor Hospitalar da Unicamp as eleições para o Conselho Universitário – CONSU. O Conselho é o órgão máximo de deliberação da Universidade. Cabe a ele exercer a jurisdição superior e traçar diretrizes, aprovar a criação ou extinção de cursos de graduação e pós-graduação e ajudar a definir a política orçamentária.

Só os trabalhadores contratados diretamente Unicamp, mesmo em estágio probatório (uma conquista do STU) votam. O voto é obrigatório. Cada trabalhador pode escolher até 3 titulares e 3 suplentes. Os candidatos podem ser conferidos no site da Secretaria Geral da Unicamp (<http://www.sg.unicamp.br/>) ou no site do STU.

A representação dos servidores técnico-administrativos junto ao

Conselho Universitário é composta de sete (7) membros titulares e sete (7) suplentes, escolhidos da mesma forma, garantindo-se a eleição de pelo menos um representante titular de cada uma das seguintes áreas: a) Hospitalar; b) Administração Central e; c) Unidades de Ensino, Pesquisa, Colégios Técnicos e CEL.

O mandato será de dois (2) anos, a partir de 21.12.14, permitida a recondução.

## ÁREA DA SAÚDE

### Trabalhadores organizam abaixo-assinado pelas 30 horas sem redução salarial

Este ano, os trabalhadores tiveram uma vitória importante, que foi a aprovação no CONSU da implantação das 30 horas na saúde, que entra em vigor em dezembro de 2014. No entanto, ainda falta a garantia das 30 horas para todos os trabalhadores da área da saúde.

Por este motivo, trabalhadores que não foram contemplados com a redução da jornada organizaram um abaixo-assinado. Cabe ressaltar que alguns setores, como a nutrição,

agendamento e recepção, que já faziam 30 horas, ficaram de fora do projeto aprovado pelo CONSU.

A auto-organização dos trabalhadores e ações como o abaixo-assinado são importantes passos para reivindicar as 30 horas para todos.

O STU reafirma que esta é uma das suas principais lutas e o sindicato vai continuar a pressão para que a redução da jornada se estenda a todos os trabalhadores da área da saúde.

### Pronto Socorro do HC enfrenta problema de superlotação

Mais uma vez, os trabalhadores do Pronto Socorro do HC procuraram o STU para denunciar a superlotação. Um dos diretores do STU esteve presente e constatou as dificuldades, com macas distribuídas por todos os espaços. Essa não

é uma situação nova, que já foi inclusive denunciada no Ministério Público do Trabalho. Há tempos o STU denuncia que o HC atende mais do que suporta, causando um grande transtorno para pacientes e trabalhadores.

## FASUBRA

### Reunião de mulheres

Nos dias 10 e 11 de outubro ocorre a reunião das mulheres da Fasubra, no auditório do SINTFUB, localizado na Universidade de Brasília (UnB). A reunião foi deliberada na última plenária da entidade e tem como foco a construção de um plano de ações para a entidade. Da Unicamp irá uma delegação de 3 trabalhadoras que constroem a Coordenação de Mulheres do STU. Tal participação é importante para construirmos nossa luta em unidade com as trabalhadoras de outras universidades.

### Reunião em Limeira sobre plano de saúde

No próximo dia 8, às 14 horas, na FT, o STU realiza reunião com funcionários de Limeira para discutir encaminhamentos à situação dos usuários do plano Assimédica oferecido em convênio do sindicato.

## Sindicalize-se e fortaleça a luta da categoria.

# Dia 5 tem eleições gerais e também plebiscito em Campinas

No domingo ocorrem as eleições gerais para Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente (nesta ordem). Neste dia também ocorrerá o plebiscito para definir se as regiões de Ouro Verde e Campo Grande serão eleva-

das à condição de Distritos Administrativos.

Após votar para presidente, o eleitor deverá votar se é a favor da criação do Distrito de Ouro Verde. Para votar **SIM**, basta digitar 60 e confirmar. Para votar **NÃO** basta digitar

30 e confirmar. A segunda pergunta é se o eleitor é a favor da criação do Distrito de Campo Grande. Para votar **SIM**, basta digitar 60 e confirmar. Para votar **NÃO** basta digitar 30 e confirmar. Todos os eleitores de Campinas devem votar.

## Argumentos pró-distritos

- ▶ A ferramenta de consulta popular é uma importante forma de decidir as questões de interesse público e por si só já é positiva.
- ▶ Com a criação de subprefeituras em cada uma das regiões, poderia haver uma maior atenção às demandas locais dos moradores, em relação à educação, saúde, transporte, infraestrutura, criação de bombeiros, cartórios, batalhões policiais, etc.
- ▶ A gestão dos recursos continuará submetida à Prefeitura e secretarias municipais.

## Argumentos contra

- ▶ Transformar os bairros em distritos por si só não necessariamente trará mudanças positivas em relação aos serviços públicos. As pessoas terão que continuar lutando para que tenham seus direitos garantidos.
- ▶ Faltou um maior esclarecimento à população sobre as mudanças que a decisão acarretará na vida dos moradores.
- ▶ Os Distritos já existentes em Campinas, na prática, não resolveram as carências administrativas anteriores à elevação.

## FUNCAMP

# Taxa negocial tem que ser formalmente rejeitada para não ser paga

O STU tem recebido muitas reclamações a respeito da taxa negocial que o SEAAC cobrará dos trabalhadores FUNCAMP, referente ao acordo coletivo 2014/2015.

O STU informa que a taxa negocial é uma decisão daquele sindicato, mas é optativa aos sócios. Em caso de desacordo com a arrecadação é preciso apresentar uma carta para que a taxa não seja cobrada.

Apesar do desconto da referida taxa ser estabelecido em lei, no caso do funcionário não associado, essa medida tem sido contestada em decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), conforme extrato publicado do final deste texto.

Além disso, a aprovação do desconto de 6% dos trabalhadores FUNCAMP — que será pago em

três parcelas de 2%, segundo determinação do SEAAC — pode ser rejeitada por todos os trabalhadores, sendo sócios ou não da entidade. Para isso, é necessário protocolar uma carta de oposição ao desconto na FUNCAMP e outra no SEAAC.

Os trabalhadores questionam também o valor excessivo, já que não ocorreram as devidas explicações na assembleia realizada em 16 de setembro, em que foi aprovada a Convenção Coletiva. Outro problema é que os trabalhadores estão sendo obrigados a protocolar os pedidos de oposição nas sedes da FUNCAMP e do SEAAC em horário comercial, ou seja, justamente quando o funcionário está em horário de trabalho.

O STU entende que esses empecilho e dificuldade impostos aos trabalhadores para protocolar

sua discordância com tal cobrança poderá ser questionado na Justiça, por ser ilegal (no caso de não sócio), abusiva e carregada de dificuldades para que o trabalhador expresse sua livre vontade.

**Ementa do TST: AGRADO DE INSTRUMENTO. DEVOLUÇÃO DE TAXA NEGOCIAL. NÃO SINDICALIZADOS.** Restou demonstrada possível contrariedade ao precedente normativo 119 do TST nos termos exigidos no artigo 896, § 6º da CLT. Agravo de instrumento provido para determinar o processamento do recurso de revista. **RECURSO DE REVISTA. DEVOLUÇÃO DE TAXA NEGOCIAL. NÃO SINDICALIZADOS.** Esta Corte tem adotado o entendimento de que as cláusulas coletivas que instituem contribuição em favor de sindicatos profissionais, obrigando trabalhadores não sindicalizados, violam o direito à livre associação e sindicalização, constitucionalmente assegurado. Nesse sentido as recomendações da Orientação Jurisprudencial 17 e no Precedente Normativo 119, ambos da SDC do TST. Recurso de revista conhecido e provido.